

# O mito da democracia liberal

*Isadora Faé Pacca Amaral*

*Ruth Stein Silva*



*Democracia.* Disponível em: <https://asmetro.org.br/portalsn/2018/08/01/democracia/>. Acesso em 27 nov. 2020.

Na primeira semana de novembro de 2020, grande parte do mundo passou a acompanhar a apuração da 59ª eleição presidencial da maior potência econômico-militar do mundo. Apenas duas semanas após a projeção da vitória do candidato do partido democrata, Joe Biden, pelos veículos tradicionais de comunicação do país, o Brasil teve seu dia de eleições municipais, enquanto alguns estados norte-americanos ainda apuravam seus votos. Durante esse período, surgiram diversas dúvidas quanto ao funcionamento do sistema eleitoral norte-americano, além de comparações com o brasileiro. Sendo os dois países grandes exemplos de democracias liberais, é interessante observar como os dois processos se dão, especialmente porque a eleição é o formato democrático que mais traduz a voz do povo, o que por si só pode ser problemático, já que uma democracia supõe constante participação popular. Nesse sentido,

trazemos aqui um comparativo entre os dois distintos formatos de eleições democráticas e como cada sistema evidencia características da democracia em questão.

Nos Estados Unidos, o voto é indireto e segue o sistema de Colégios Eleitorais, por meio do qual são eleitos o presidente e seu vice. Desde a eleição de 1964, o Colégio Eleitoral é composto por 538 delegados, também chamados eleitores, que são responsáveis unicamente por eleger o presidente e seu vice de acordo com o resultado das eleições gerais, realizadas na primeira terça-feira de novembro dos anos divisíveis por quatro. A contagem de votos das eleições gerais é feita por cada estado e, quando um candidato obtém a maioria dos votos na unidade federativa, os votos de todos os delegados incumbidos por ele são destinados ao candidato mais votado. Essa conduta é apelidada de “o vencedor leva tudo” e é aplicada em 48 dos 50 estados do país. O candidato eleito deve receber no mínimo 270 votos dos delegados - afinal, é a metade de 538 mais um - não importando se, no voto popular total, o candidato eleito foi o menos votado<sup>66</sup>.

A distribuição dos delegados é feita de acordo com a representação de cada estado na câmara federal, que depende da população de cada unidade federativa, somado aos dois senadores

<sup>66</sup>Election Assistance Commission. Disponível em: [https://www.eac.gov/sites/default/files/eac\\_assets/1/1/How%20the%20Electoral%20College%20Works.pdf](https://www.eac.gov/sites/default/files/eac_assets/1/1/How%20the%20Electoral%20College%20Works.pdf) Acesso em: 25 nov. 2020

de cada estado. Esse sistema gera críticas na medida em que os estados com maior número de delegados, como a Califórnia, o Texas e a Flórida, são mais decisivos nas votações e, por conta disso, são os principais alvos das campanhas políticas, enquanto outros, com problemas estruturais mais graves e com um número pequeno de delegados, são frequentemente ignorados. Além disso, essa distribuição matemática não é fiel, atribuindo pesos diferentes aos votos dos cidadãos. Isso, aliado ao sistema do “vencedor leva tudo”, que perpetua vitórias sucessivas de um determinado partido, é um grande desestímulo para que as pessoas votem, o que é intensificado pelo fato do voto ser facultativo. A média da porcentagem de pessoas elegíveis para votar e que de fato votaram no período de 1980 a 2016 foi de aproximadamente 55%<sup>67</sup>.

Diante disso, não é incomum que os cidadãos nem mesmo se registrem para votar, posto que o sentimento geral é de que o voto individual não é significativo. Se um cidadão prefere o partido democrata, mas reside no Tennessee, estado tradicionalmente republicano, é praticamente inútil que tire tempo do seu dia de trabalho para ir votar, afinal, a regra do vencedor leva tudo garante que o partido republicano assegure os votos do Tennessee sucessivamente, pois é necessário uma ruptura grande no estado para que a maioria da população mude a tendência de voto. Ademais, já ocorreu 5 vezes na história dos Estados Unidos do candidato com maior número de votos populares não ser eleito. Só nas últimas duas décadas isso aconteceu duas vezes: em 2016, quando Hillary Clinton teve quase 3

milhões de votos a mais que seu adversário Donald Trump<sup>68</sup>, e nas eleições de 2000, em que o candidato Al Gore obteve mais de meio milhão de votos de vantagem sobre George W. Bush<sup>69</sup>. Não coincidentemente, nas duas ocasiões os candidatos derrotados pelo sistema de Colégio Eleitoral eram representantes do partido democrata, ilustrando bem a forma antiprogressista pela qual o sistema foi desenvolvido.

Para compreender a escolha desse modelo eleitoral, é crucial depreender o contexto histórico da construção da Constituição dos Estados Unidos, quando foi decidido pelos “pais fundadores<sup>70</sup>” a forma como as eleições ocorreriam. O modelo de Colégio Eleitoral foi desenvolvido para conciliar a necessidade de uma votação democrática no século XVIII, em que as estruturas ainda eram muito rudimentares e as diferentes partes do país, que apresentam proporções continentais, não se comunicavam. Visto isso, foi proposto um sistema em que os delegados se responsabilizariam pela escolha política do povo. Não só isso, mas também os interesses secundários dos próprios redatores da Carta Magna tiveram um papel fundamental na construção do sistema eleitoral. A maioria desses “pais fundadores” eram donos de escravos, proprietários de latifúndios e industrialistas abastados que evitavam a

<sup>68</sup>Federal Elections 2016. Disponível em: <<https://www.fec.gov/resources/cms-content/documents/federalection2016.pdf>> Acesso em: 27 nov. 2020.

<sup>69</sup>Federal Elections 2000. Disponível em: <<https://www.fec.gov/resources/cms-content/documents/federalection00.pdf>> Acesso em: 27 nov. 2020

<sup>70</sup>Foram os responsáveis pela elaboração da Declaração de Independência dos EUA (1776) e pela Declaração de Direitos (1787), a constituição dos Estados Unidos. Destes, os mais famosos são: George Washington (o primeiro presidente norte-americano), Benjamin Franklin, John Adams (e família), Thomas Jefferson, Alexander Hamilton. Disponível em: <<https://founders.archives.gov/>> Acesso em: 01 de dez. 2020.

<sup>67</sup>Participação dos eleitores nas eleições presidenciais. O Projeto da Presidência Americana. Disponível em: <<https://www.presidency.ucsb.edu/statistics/data/voter-turnout-in-presidential-elections>> Acesso em: 01 dez. 2020.

qualquer custo revoltas democráticas que ameaçassem seus privilégios. Isso se traduziu em emendas como a que contava o voto dos negros escravizados como  $\frac{3}{4}$  menor que o de pessoas livres<sup>71</sup>.

Esse foi um ano eleitoral de muita tensão nos Estados Unidos da América. Além da pandemia, protestos contra o racismo e escândalos regulares do presidente Donald Trump, as expectativas em relação à eleição aumentaram, especialmente quanto a possibilidade de, novamente, a vontade manifestada diretamente pelo voto ser desrespeitada por um sistema que foi formulado em um contexto muito diferente.

Distintamente à forma como as eleições são realizadas nos EUA, no Brasil, todo voto popular é computado no sistema. Quando falamos do sistema eleitoral brasileiro, devemos estar cientes que as eleições por voto direto, no modelo atual, foram uma conquista popular após anos de governos militares em que o presidente era escolhido de forma indireta, pelo Congresso Nacional, e os que se manifestavam contra esse modelo eram perseguidos pelos órgãos repressivos. A Constituição de 1988 foi um verdadeiro marco na conquista de direitos no Brasil, sendo apelidada de “Constituição Cidadã”. O direito ao voto no Brasil é hoje considerado universal: independente de critérios de renda, raça ou religião, todos gozam do sufrágio universal.

Em nosso país, atualmente, são adotados dois métodos: a votação majoritária e o sistema proporcional, este considerado mais complexo. O sistema majoritário, onde o candidato mais

votado é eleito, é usado para cargos do executivo e para o Senado. É preciso estar atento às pequenas nuances do sistema, como no caso das votações para presidente, governadores e alguns prefeitos, onde é preciso conquistar a maioria absoluta dos votos válidos e, em cidades com mais de 200 mil eleitores, se nenhum candidato conseguir alcançar os 50%, os dois mais votados se enfrentam no segundo turno<sup>72</sup>.

O outro sistema utilizado no Brasil é o proporcional, onde é importante que o eleitor observe não apenas o candidato específico que pretende votar, mas o partido no qual ele é filiado. Aplicado nas eleições de vereadores, deputados estaduais e deputados federais, o sistema se divide em duas fases, com apenas uma delas contando com a participação popular: na primeira etapa são contabilizados os votos gerais recebidos por cada partido e, tomando em conta essa contagem são distribuídas as vagas no legislativo. Na segunda etapa, o número de vagas delimitadas, por partido, é distribuído entre os candidatos mais votados.<sup>73</sup> Se o partido conquistou cinco vagas, por exemplo, elas serão distribuídas entre os cinco candidatos mais votados desse partido. Contudo, essa distribuição faz com que, muitas vezes, alguns dos candidatos mais votados no ranking geral não componham a câmara.

O fato de que candidatos pouco votados, que não agradam a escolha pública, façam parte do legislativo, pois são favorecidos por um único candidato muito bem votado, é chamado informalmente de “efeito Tiririca”. A

<sup>71</sup>PEREIRA, Antônio Celso Alves. **Fundamentos histórico-constitucionais do sistema eleitoral dos Estados Unidos da América.** REVISTA QUAESTIO IURIS, v. 9, n. 4, p. 2227-2247, 2016.

<sup>72</sup>Politize. **Sistema eleitoral brasileiro: você sabe como são eleitos os políticos?** 2017. Disponível em: <<https://www.politize.com.br/sistema-eleitoral-brasileiro/>> Acesso em: 23 nov. 2020.

<sup>73</sup>Ibidem. **Sistema eleitoral brasileiro: você sabe como são eleitos os políticos?**

nomenclatura foi adotada pela mídia após as eleições de 2014, quando o ator e palhaço Tiririca foi candidato a reeleição para o cargo de deputado federal pelo estado de São Paulo, foi reeleito com uma quantidade expressiva de votos: mais de 1 milhão - e culminou na eleição de candidatos de seu partido que tinham pouquíssimos votos.<sup>74</sup>

Outro aspecto político muito comum do Brasil são as famílias tradicionalmente políticas, onde pais e filhos são eleitos e reeleitos por décadas, fazendo carreira no meio político. Até mesmo a família do atual presidente, cujos filhos estão presentes na Câmara Municipal do Rio de Janeiro, na Câmara Federal e no Senado. Nas eleições deste ano, até a ex-esposa do presidente se candidatou utilizando seu sobrenome, mesmo não contando mais no registro. Outros exemplos célebres são a família Sarney e a família Magalhães, do atual prefeito de Salvador, Antônio Carlos Magalhães Neto (ACM Neto), cujos parentes estão historicamente envolvidos no sistema político baiano, assim como no nacional. O que por muitos é visto como um “caminho natural” é, na verdade, a elucidação dos traços oligárquicos presentes na política brasileira.

De acordo com o cientista político, sociólogo e professor da UFPR (Universidade Federal do Paraná), Ricardo Costa de Oliveira, dois terços dos senadores são membros de famílias políticas e metade dos deputados federais pertencem a clãs influentes politicamente. Ricardo aponta que, mesmo com as renovações políticas ocorridas nos anos 1980, com o início

da redemocratização, o cenário não se alterou, e atualmente são as mesmas famílias que comandam a política brasileira.<sup>75</sup> O cientista político e professor da UFRN (Universidade Federal do Rio Grande do Norte), José Antônio Spinelli, afirma que essa oligarquia política também se dá por meio do controle de partidos, como acontece com o PMDB e com o DEM, no Rio Grande do Norte, sendo comandados respectivamente pelas famílias Alves e Maia. Marco Antônio Carvalho Teixeira, cientista político da FGV (Fundação Getúlio Vargas), reitera que essa autoridade sobre os partidos permite que as famílias controlem quem entra no jogo político, impedindo a renovação dos representantes<sup>76</sup>.

Essa manutenção, quase que hierárquica, do poder nas mãos de poucos não é uma exclusividade brasileira. Como dito anteriormente, o sistema eleitoral norte-americano foi moldado para manter o poder concentrado e impossibilitar a equidade das representações entre os estados, além de impedir que o poder político seja igualmente distribuído. Ainda hoje, os mais ricos detêm esse poder e influência sobre os representantes políticos de seus estados, como os petroleiros da família Rockefeller e, mais recentemente, os novos bilionários, como Mark Zuckerberg<sup>77</sup>. Dentre as famílias tradicionais da política norte-americana podemos citar os Bush, em

<sup>75</sup>OLIVEIRA, Ricardo Costa de. **Na teia do nepotismo: sociologia política das relações de parentesco e poder político no Paraná e no Brasil**. Curitiba: Insight, 2012.

<sup>76</sup>Mirthyani Bezerra. UOL. **Tradição familiar da política brasileira, que remonta à colonização, deve manter-se na eleição de 2014**. 2013. Disponível em: <https://noticias.uol.com.br/politica/ultimas-noticias/2013/11/11/familias-dominam-politica-brasileira-desde-a-colonizacao.htm> Acesso em: 26 nov. 2020.

<sup>77</sup>Sandro Pozzi. El País. **Tchau, Rockefeller, olá, Zuckerberg: nos EUA os mais ricos já não são os mais influentes**. 2017. Disponível em: [https://brasil.elpais.com/brasil/2017/03/24/estilo/1490369576\\_442211.html](https://brasil.elpais.com/brasil/2017/03/24/estilo/1490369576_442211.html) Acesso em: 27 nov. 2020.

<sup>74</sup>Paulo Victor Chagas. Agência Brasil. **O “Efeito Tiririca” e a importância da votação para deputado**. 2018. Disponível em: <https://agenciabrasil.ebc.com.br/justica/noticia/2018-10/o-efeito-tiririca-e-importancia-da-votacao-para-deputado> Acesso em: 25 nov. 2020.

que Prescott Sheldon Bush atuou como senador por Connecticut de 1952 a 1963, George Bush foi presidente de 1989 a 1993, seu filho por dois mandatos (1999 a 2007) e John Ellis 'Jeb' Bush como governador da Flórida. A família Kennedy, entretanto, é uma exceção, apesar da grande influência política obtida, inicialmente eles não se encontravam sob um brasão familiar. Nesse caso, as conexões políticas e seu poder de propaganda os colocou em uma posição de extrema importância, sendo considerados uma espécie de família real americana<sup>78</sup>. Podemos concluir, então, que apesar das diferenças apontadas anteriormente, em ambos os países o sistema eleitoral têm por característica em comum manter as elites no poder.

Um fator importante nas eleições do século XX e XXI é a influência da mídia sobre o eleitor. Como muitos dos grandes meios de comunicação são monopólios, as decisões tomadas tendem a apresentar um cenário político que beneficie seus interesses<sup>79</sup>. Dessa forma, os posicionamentos que os veículos de informação assumem, sejam estes favoráveis ou não aos candidatos, têm grande repercussão nas percepções do público. É necessário destacar que algumas vezes a exibição desse posicionamento pode ter um efeito oposto do esperado. Pesquisadores da UFBA mostraram que, nos últimos 30 anos, matérias realizadas pela Folha de São Paulo e pelo jornal O Estado de São Paulo sobre Jair Bolsonaro, em que o atual presidente fazia declarações polêmicas sobre direitos humanos e apologia à ditadura, tiveram maior repercussão do que outros temas

tratados. A constante divulgação dessas falas polêmicas, e muitas vezes irreais, ampliaram sua presença na mídia, o tornando conhecido e apreciado por possíveis eleitores<sup>80</sup>.

A televisão, por sua vez, desde sua inserção na vida cotidiana é uma formadora de opiniões, e também auxilia na formação da imagem da pessoa pública. Ou seja, o contexto em que as falas dos candidatos são exibidas, a forma como as informações são editadas e apresentadas - ou omitidas - é, em muitas ocasiões, a única fonte de informação de muitos eleitores. Um bom exemplo dessa influência foi a edição do debate entre Lula e Fernando Collor, exibido no Jornal Nacional, dias antes da votação do segundo turno das eleições de 1989. Contudo, não podemos confirmar que os resultados obtidos representaram de fato as consequências do que foi exibido em rede nacional. O mesmo pode ser dito sobre as eleições norte-americanas de 2016, quando após uma onda de exposição nas grandes redes de televisão, que só foi possível devido a seus discursos polêmicos, promessas de campanha xenóforas, e a disseminação em massa de fake news, o magnata Donald Trump foi eleito.

Além dos veículos tradicionais de informação, nos últimos anos temos acompanhado de perto a inegável evolução da participação e influência da internet na decisão dos líderes nacionais. Com o aumento do acesso e da fugacidade da informação, campanhas políticas feitas de forma virtual têm mostrado grande eficiência. Segundo a Folha de São Paulo, em 2018, pela

<sup>78</sup>O Globo. **Famílias dominam a política dos EUA**. 2014. Disponível em: <<https://www.gazetadopovo.com.br/mundo/familias-dominam-a-politica-dos-eua-9ey8fygrmh2hyszvox9h08rww/>> Acesso em: 27 nov. 2020.

<sup>79</sup>BARTH, Fernanda. **Mídia, política e pesquisas de opinião pública**. Revista Debates, v. 1, n. 1, p. 26, 2007.

<sup>80</sup>André Shalders. BBC Brasil. **Governo Bolsonaro: como o destaque da imprensa às polêmicas ampliou a fama (e o eleitorado) do presidente**. 2018. Disponível em: <<https://www.bbc.com/portuguese/brasil-45986698>> Acesso em: 26 nov. 2020.



primeira vez no Brasil, as propagandas online surtiram mais efeitos do que as realizadas em redes abertas de televisão. Argumento esse sustentado pelo crescimento de 10% nas pesquisas do então candidato Jair Bolsonaro, que vinha sustentando sua campanha por meios não tradicionais, por ter tido, durante um mês de campanha eleitoral, apenas 10 minutos de exposição televisiva. Pesquisas apontaram que, em grupos da rede social Facebook, Bolsonaro detinha 42% das curtidas destinadas a candidatos. Além disso, sua candidatura foi intensamente endossada em grupos de Whatsapp, onde cerca de 97% das informações divulgadas continham fake news e conteúdo relacionado a propagandas difamatórias contra seus adversários<sup>81</sup>.

As configurações sociais em que os sistemas eleitorais foram moldados e estão inseridos, a grande influência midiática, e o desespero das elites de se manterem coordenando os aspectos legais e econômicos de um país, levou os EUA e o Brasil a elegerem candidatos que se beneficiaram de momentos de crise e instabilidade política para ocuparem cargos de grande importância, com a promessa de tornar o país um lugar melhor. Além de pouco sabermos sobre sua trajetória anterior, ambos foram suspeitos de crimes comuns e de responsabilidade, frequentemente envolvidos em discussões de baixo nível em redes sociais, são governantes eleitos democraticamente e que, mesmo assim, levam seus eleitores (muitas vezes verdadeiros adoradores) a desacreditarem do sistema eleitoral, com intuito de usar essa falácia para se reeleger ou impulsionar

candidaturas de seus aliados no próximo período eleitoral<sup>82</sup>.

É necessário afirmar que a representação democrática liberal é apenas uma forma de democracia, que como as outras, enfrenta diversos problemas, confirmando que mesmo as "maiores democracias" do mundo, podem não ser tão democráticas. Por esta razão, mais do que nunca, é necessário que o povo se atente a seus direitos e lute para que seu voto não seja usado para a simples manutenção do status quo, mas que se transforme no mecanismo de emancipação social e de fortalecimento do estado democrático de direito. Isso exige uma visão mais crítica por parte da sociedade, que deve compreender que a eleição não deve ser o único processo de participação popular, que isso é a tradução do que a democracia liberal representa e penaliza, principalmente a parcela da população que mais necessita de políticas públicas.

---

<sup>81</sup>Paulo Passos. Folha de São Paulo. **Débora Sögur Hous. Internet supera TV em influência na eleição.** 2018. Disponível em: <<https://www1.folha.uol.com.br/poder/2018/10/internet-supera-tv-e-m-influencia-na-eleicao.shtml>> Acesso em: 26 de nov. 2020.

---

<sup>82</sup>Luís Filho. Folha de São Paulo. **Democracia cartorial.** 2020. Disponível em: <<https://www1.folha.uol.com.br/colunas/luisfranciscocarvalho/2020/11/democracia-cartorial.shtml>> Acesso em: 27 nov. 2020